

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE: APLICAÇÃO DE SANÇÃO. Decisão: O Secretário de Estado da Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos autos do processo **21294/2020** e em consonância com o art. 87 da Lei 8.666/93 e art. 110 do Decreto Estadual 2.617/09, **RESOLVE** aplicar à empresa **LOGFARMA DISTRIBUIÇÃO E SERVIÇOS LTDA**, CNPJ nº 02.376.381/0001-33 a penalidade de **MULTA** no valor R\$ 1.142,71 por descumprimento do Contrato nº 395/2016 – Edital nº 4349/2015.

Cod. Mat.: 740548

Segurança Pública

Polícia Civil

PORTARIA Nº 061/DIAF/DGPC/PCSC, de 21/05/2021
O DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DA POLÍCIA CIVIL, no uso de suas atribuições conforme dispõe a Portaria nº 677/GAB/DGPC/SSP de 09/04/2019, combinado com o disposto nos arts. 116 a 119 da Lei Complementar nº 741, de 12 de junho de 2019, e art. 9º, IV, do Decreto Estadual nº 348, de 13 de novembro de 2019, resolve **DESIGNAR** como membro efetivo o Escrivão de Polícia **HERON DOMINGOS DE SOUSA PEREIRA**, matrícula nº 0957.579-0-01, para atuar na fiscalização do Contrato nº 043/CPL/DGPC/2021. PCSC 4574/2021.

VALÉRIO ALVES DE BRITO

Diretor de Administração e Finanças da Polícia Civil
Cod. Mat.: 740529

PORTARIA Nº 062/DIAF/DGPC/PCSC, de 21/05/2021
O DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DA POLÍCIA CIVIL, no uso de suas atribuições conforme dispõe a Portaria nº 677/GAB/DGPC/SSP de 09/04/2019, combinado com o disposto nos arts. 116 a 119 da Lei Complementar nº 741, de 12 de junho de 2019, e art. 9º, IV, do Decreto Estadual nº 348, de 13 de novembro de 2019, resolve **DESIGNAR** como membro efetivo o Agente de Polícia **JOSÉ MANOEL NOLASCO JÚNIOR**, matrícula nº 0262.685-3-01, para atuar na fiscalização da Autorização de Fornecimento nº 068/CPL/DGPC/2021. PCSC 18078/2021.

VALÉRIO ALVES DE BRITO

Diretor de Administração e Finanças da Polícia Civil
Cod. Mat.: 740534

PORTARIA Nº 063/DIAF/DGPC/PCSC, de 21/05/2021
O DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DA POLÍCIA CIVIL, no uso de suas atribuições conforme dispõe a Portaria nº 677/GAB/DGPC/SSP de 09/04/2019, combinado com o disposto nos arts. 116 a 119 da Lei Complementar nº 741, de 12 de junho de 2019, e art. 9º, IV, do Decreto Estadual nº 348, de 13 de novembro de 2019, resolve **DESIGNAR** como membro efetivo o Agente de Polícia **SAMUEL LEANDRO CABRAL**, matrícula nº 0381880-2-01, para atuar na fiscalização da Autorização de Fornecimento nº 080/CPL/DGPC/2021. PCSC 53974/2021.

VALÉRIO ALVES DE BRITO

Diretor de Administração e Finanças da Polícia Civil
Cod. Mat.: 740540

PORTARIA Nº 064/DIAF/DGPC/PCSC, de 21/05/2021
O DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DA POLÍCIA CIVIL, no uso de suas atribuições conforme dispõe a Portaria nº 677/GAB/DGPC/SSP de 09/04/2019, combinado com o disposto nos arts. 116 a 119 da Lei Complementar nº 741, de 12 de junho de 2019, e art. 9º, IV, do Decreto Estadual nº 348, de 13 de novembro de 2019, resolve **DESIGNAR** como membro efetivo o Agente de Polícia **JOSUE MONTEIRO DE SOUSA**, matrícula nº 0345603-0-03, para atuar na fiscalização da Autorização de Fornecimento nº 064/CPL/DGPC/2021. PCSC 25659/2021.

VALÉRIO ALVES DE BRITO

Diretor de Administração e Finanças da Polícia Civil
Cod. Mat.: 740545

PORTARIA Nº 065/DIAF/DGPC/PCSC, de 21/05/2021
O DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DA POLÍCIA CIVIL, no uso de suas atribuições conforme dispõe a Portaria nº 677/GAB/DGPC/SSP de 09/04/2019, combinado com o disposto nos arts. 116 a 119 da Lei Complementar nº 741, de 12 de junho de 2019, e art. 9º, IV, do Decreto Estadual nº 348, de 13 de novembro

de 2019, resolve **DESIGNAR** como membro efetivo o Escrivão de Polícia **RODRIGO BERTOLDI COELHO**, matrícula nº 0655706-6-01, para atuar na fiscalização da Autorização de Fornecimento nº 065/CPL/DGPC/2021. PCSC 18084/2021.

VALÉRIO ALVES DE BRITO

Diretor de Administração e Finanças da Polícia Civil
Cod. Mat.: 740547

PORTARIA Nº 066/DIAF/DGPC/PCSC, de 21/05/2021
O DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DA POLÍCIA CIVIL, no uso de suas atribuições conforme dispõe a Portaria nº 677/GAB/DGPC/SSP de 09/04/2019, combinado com o disposto nos arts. 116 a 119 da Lei Complementar nº 741, de 12 de junho de 2019, e art. 9º, IV, do Decreto Estadual nº 348, de 13 de novembro de 2019, resolve **DESIGNAR** como membro efetivo o Agente de Polícia **SIDNEI SOUZA**, matrícula nº 0200347-3-01, para atuar na fiscalização da Autorização de Fornecimento nº 079/CPL/DGPC/2021. PCSC 54737/2021.

VALÉRIO ALVES DE BRITO

Diretor de Administração e Finanças da Polícia Civil
Cod. Mat.: 740549

PORTARIA Nº 067/DIAF/DGPC/PCSC, de 21/05/2021
O DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DA POLÍCIA CIVIL, no uso de suas atribuições conforme dispõe a Portaria nº 677/GAB/DGPC/SSP de 09/04/2019, combinado com o disposto nos arts. 116 a 119 da Lei Complementar nº 741, de 12 de junho de 2019, e art. 9º, IV, do Decreto Estadual nº 348, de 13 de novembro de 2019, resolve **DESIGNAR** como membro efetivo o Escrivão de Polícia **CARLOS TIAGO DA COSTA SANTOS**, matrícula nº 0378397-9-01, para atuar na fiscalização da Autorização de Fornecimento nº 078/CPL/DGPC/2021. PCSC 54761/2021.

VALÉRIO ALVES DE BRITO

Diretor de Administração e Finanças da Polícia Civil
Cod. Mat.: 740556

PORTARIA Nº 068/DIAF/DGPC/PCSC, de 21/05/2021
O DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DA POLÍCIA CIVIL, no uso de suas atribuições conforme dispõe a Portaria nº 677/GAB/DGPC/SSP de 09/04/2019, combinado com o disposto nos arts. 116 a 119 da Lei Complementar nº 741, de 12 de junho de 2019, e art. 9º, IV, do Decreto Estadual nº 348, de 13 de novembro de 2019, resolve **DESIGNAR** como membro efetivo o Agente de Polícia **FÁBIO ARILO XAVIER**, matrícula nº 0379525-0-01, para atuar na fiscalização da Autorização de Fornecimento nº 063/CPL/DGPC/2021. PCSC 48360/2021.

VALÉRIO ALVES DE BRITO

Diretor de Administração e Finanças da Polícia Civil
Cod. Mat.: 740559

PORTARIA Nº 069/DIAF/DGPC/PCSC, de 21/05/2021
O DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DA POLÍCIA CIVIL, no uso de suas atribuições conforme dispõe a Portaria nº 677/GAB/DGPC/SSP de 09/04/2019, combinado com o disposto nos arts. 116 a 119 da Lei Complementar nº 741, de 12 de junho de 2019, e art. 9º, IV, do Decreto Estadual nº 348, de 13 de novembro de 2019, resolve **DESIGNAR** como membro efetivo o Agente de Polícia **WILSON AGOSTINHO**, matrícula nº 0690687-7-01, para atuar na fiscalização da Autorização de Fornecimento nº 083/CPL/DGPC/2021. PCSC 54731/2021.

VALÉRIO ALVES DE BRITO

Diretor de Administração e Finanças da Polícia Civil
Cod. Mat.: 740562

PORTARIA Nº 70/DIAF/DGPC/PCSC, de 21/05/2021
O DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DA POLÍCIA CIVIL, no uso de suas atribuições conforme dispõe a Portaria nº 677/GAB/DGPC/SSP de 09/04/2019, combinado com o disposto nos arts. 116 a 119 da Lei Complementar nº 741, de 12 de junho de 2019, e art. 9º, IV, do Decreto Estadual nº 348, de 13 de novembro de 2019, resolve **DESIGNAR** como membro efetivo o Agente de Polícia **FÁBIO ARILO XAVIER**, matrícula nº 0379525-0-01, para atuar na fiscalização da Autorização de Fornecimento nº 062/CPL/DGPC/2021. PCSC 48856/2021.

VALÉRIO ALVES DE BRITO

Diretor de Administração e Finanças da Polícia Civil
Cod. Mat.: 740566

IGP – Instituto Geral de Perícias

INSTITUTO GERAL DE PERÍCIAS – IGP - EXTRATO DE TERMO DE ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA – ESPÉCIE: Termo de Acordo de Cooperação Técnica nº 2021TN000024/IGP. **PAR-TÍCIPES:** O Instituto Geral de Perícias – IGP e o Município de

Peritiba. **OBJETO:** Descentralizar a atividade de inserção de dados de identificação civil, preliminar à emissão da cédula individual de identificação. **PRAZO DE VIGÊNCIA:** 05 (cinco) anos, a contar da assinatura, condicionada sua eficácia à publicação deste extrato no DOE. **DATA:** 20 de maio de 2021. **SIGNATÁRIOS:** Giovani Eduardo Adriano, pelo IGP e Paulo José Deitos, pelo Município de Peritiba. Cod. Mat.: 740347

INSTITUTO GERAL DE PERÍCIAS – IGP - EXTRATO DE TERMO DE ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA – ESPÉCIE: Termo de Acordo de Cooperação Técnica nº 2021TN000025/IGP. **PAR-TÍCIPES:** O Instituto Geral de Perícias – IGP e o Município de Rodeio. **OBJETO:** Descentralizar a atividade de inserção de dados de identificação civil, preliminar à emissão da cédula individual de identificação. **PRAZO DE VIGÊNCIA:** 05 (cinco) anos, a contar da assinatura, condicionada sua eficácia à publicação deste extrato no DOE. **DATA:** 20 de maio de 2021. **SIGNATÁRIOS:** Giovani Eduardo Adriano, pelo IGP e Valcir Ferrari, pelo Município de Rodeio. Cod. Mat.: 740348

Defensoria Pública

ATO CONJUNTO DPG/COGER Nº 15, de 21 de maio de 2021

Dispõe sobre o plano de retomada gradual das atividades presenciais da Defensoria Pública do Estado de Santa Catarina.

O DEFENSOR PÚBLICO-GERAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 10 da Lei Complementar nº 575 de 2012, bem como o **CORREGEDOR-GERAL DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA**, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 14, XI, da Lei Complementar nº 575 de 2012;

CONSIDERANDO a essencialidade da Defensoria Pública para a função jurisdicional estabelecida pelo artigo 134 da Constituição da República Federativa do Brasil;

CONSIDERANDO a autonomia administrativa e funcional da Defensoria Pública prevista no artigo 134, §2º, da Constituição da República Federativa do Brasil;

CONSIDERANDO que a adoção de hábitos de higiene básicos aliado à ampliação de rotinas de limpeza em áreas de circulação são suficientes para a redução significativa do potencial do contágio; **CONSIDERANDO** a necessidade de manter os serviços da Defensoria Pública do Estado de Santa Catarina e de reduzir as possibilidades de transmissão do coronavírus causador da COVID-19, a partir das recomendações sanitárias de vedação à aglomeração de pessoas; **CONSIDERANDO** o desenvolvimento de meios de acesso remoto e de ferramenta de agendamento online de atendimentos como forma de evitar a aglomeração de pessoas nos setores de triagem da instituição, garantindo-se a ampliação de atendimentos presenciais para a população vulnerável e desprovida de canais de acesso remoto e da população excluída digitalmente;

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 13.979 de 6 de fevereiro de 2020; **CONSIDERANDO** o Decreto Estadual nº 562 de 2020 que declarou situação de emergência em todo o território catarinense para fins de prevenção e enfrentamento à epidemia do COVID-19

CONSIDERANDO a necessidade de conter a propagação de infecção e transmissão local e preservar a saúde de Defensores(as) Públicos(as), servidores(as), estagiários(as), colaboradores(as) e usuários(as) dos serviços em geral;

CONSIDERANDO, o artigo 3º, §2º, da Lei Federal nº 13.726 de 8 de outubro de 2018;

CONSIDERANDO a necessidade ainda existente de evitar aglomerações e de reduzir o número de pessoas circulando nas ruas e nos Núcleos Regionais da Defensoria Pública; **CONSIDERANDO** a Manifestação CSDPESC nº 116 de 5 de junho de 2020;

CONSIDERANDO os fluxos dos atendimentos estabelecidos para os assistidos e as assistidas por meio da internet e de telefone; e **RESOLVE:**

Art. 1º Instituir o plano de retomada gradual das atividades presenciais da Defensoria Pública do Estado, que tem como objetivo apresentar as diretrizes para o retorno presencial das atividades institucionais visando a prevenção e redução de riscos relacionados à Covid-19, contemplando medidas necessárias ao funcionamento seguro das atividades presenciais de suas equipes, de forma a garantir a segurança dos(as) Defensores(as) Públicos(as), Servidores(as), Estagiários(as) e usuários(as) dos serviços da Instituição, observando-se o disposto no anexo deste Ato.

Art. 2º Enquanto perdurarem o estado de calamidade pública e a recomendação sanitária de vedação à aglomeração de pessoas, a Defensoria Pública do Estado atuará em regimes concomitantes de trabalho remoto e trabalho presencial, de forma a garantir a assistência jurídica integral e gratuita à população necessitada. Parágrafo único. As medidas estabelecidas neste Ato abrangem as providências afetas:

– aos regimes concomitantes de trabalho remoto e presencial de